



A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO COLEGIADO EM UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Igarapé, 2013.

MARLENE APARECIDA SILVA ALVES

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO COLEGIADO EM UMA
INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Escolar da Faculdade de Educação/ UFMG, desenvolvida na Sala Ambiente Projeto Vivencial.

Professor(a) orientadora: Gláucia de Fátima

Igarapé, 2013.

SUMÁRIO

Objetivo.....	4
Introdução.....	4
1 Gestão democrática, Participação e Autonomia.....	5
2 O Colegiado e sua importância.....	09
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13
5 ANEXO 14	

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo salientar a importância da implantação de um conselho escolar – Colegiado - na instituição escolar, como instrumento complementar da gestão educacional democrática. Este trabalho tem como objeto de análise a Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva, que não possui um conselho colegiado por ser administrada pela Secretaria de Educação da Cidade onde se instala.

Palavras Chave: Gestão Democrática, participação, autonomia; colegiado; organização do trabalho escolar.

Introdução

A sociedade atual vem sofrendo constantes mudanças em todos os setores como científico, social, cultural, tecnológico e político econômico. Presencia-se uma época de acúmulo de informações e conhecimentos, novas exigências do mercado de trabalho, da pesquisa e da produção que, normalmente, se transformam em constantes dúvidas e questionamentos quanto à função social da Escola como instituição cuja atividade fim é o ensino.

Tais mudanças levam a repensar o conceito que temos de escola, de educação, do educador e educandos. Por isso, a escola enquanto instituição formadora deve se decidir quanto aos seus rumos e questionar constantemente qual a sua função, suas metodologia e práticas. É necessário que a escola e o ensino tenham uma direção que proporcione um caminhar para formação cidadã e aos anseios contemporâneos além do desenvolvimento pleno das gerações atuais e futuras.

Tal direção pode ser organizada através da criação de instrumentos de gestão democrática, órgãos com função descentralizadora como o colegiado, que visa democratizar a tomada de decisão da escola e vai além ampliando a qualidade da gestão da educação.

A Escola Celuta Ribeiro da Silva localizada na região Metropolitana de Belo Horizonte vivencia a falta destes órgãos de gestão, e mais precisamente o colegiado. As mediações são feitas entre direção escolar, limitada de alguns poderes, e Secretaria de Educação, que nem sempre presencia os conflitos vivenciados no ambiente escolar, mas que regulamenta e administra financeiramente a escola, limitando o processo de construção da autonomia escolar.

Com isto há uma grande desmotivação dos profissionais da escola, professores, pedagogos, que muitas vezes, sentem-se desvalorizados por não ter o apoio esperado. Não que a direção não esteja desempenhando suas funções, mas pela falta de um espaço de tomada de decisão coletiva de acordo com a realidade vivenciada na escola.

O colegiado é um espaço de representação do coletivo escolar, dos anseios de pais, alunos, professores, direção e comunidade escolar. Sendo assim a construção e consolidação deste espaço de gestão, motivando a participação da família na escola, que a cada dia mais esta mais distante da realidade dela, o que por vezes resulta na infrequencia dos alunos e até mesmo evasão escolar.

1) O que é educação escolar, Gestão democrática, Participação e autonomia – a Escola Municipal Celuta Ribeiro em Questão

Tendo em vista a educação como direito de todos e dever do Estado regulamentado pelo artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 a instituição escolar tem como objetivo formar para a cidadania e para o trabalho, e conseqüentemente formar cidadãos críticos capazes de atuar de forma autônoma, proporcionando condições para seu pleno desenvolvimento.

Por isso a escola em seu processo educacional deve junto aos profissionais e comunidade procurar criar condições para o desenvolvimento do educando e a capacidade dele se relacionar. Deve preparar o cidadão para novos conhecimentos e práticas, lidar com mudanças e conflitos, se interessar por novos métodos e tecnologias e condições de aplicar o conhecimento vivenciado.

Para organização do ensino no Brasil e sua sistematização a Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 206 os seguintes princípios para a organização do ensino:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por

concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988, art. 206)

Sendo assim o princípio norteador do ensino público é a gestão democrática, que é uma forma de dirigir uma instituição, possibilitando a participação e transparência dos envolvidos, uma "(...) prática político-pedagógica e administrativa, em que o gestor, através da articulação entre os diversos segmentos da unidade escola, modifica as relações de poder, transformando-as em ações colegiadas, transparentes e autônomas". (LUCE, 2003, p. 27)

A função da escola esta relacionada ao pleno desenvolvimento dos educando e da comunidade escolar, e através de planejamentos para organizar os anseios coletivos de forma que todas as propostas de ações se tornem reais, buscando um norte para prática educativa baseado nos interesses coletivos da comunidade escolar. As condições de aprendizagem para o pleno desenvolvimento e o preparo do educando para o trabalho através das necessidades locais são oferecidas pela escola. É através dela que o cidadão se torna construtivo e crítico preparado para exercer sua cidadania cumprindo seus deveres e tendo seus direitos respeitados.

O artigo 3º da lei nº 9394/96, reforça os princípios que o ensino deve ser ministrado pela instituição:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

E novamente o princípio da gestão democrática do sistema de ensino. E tem-se assim a necessidade de entender como princípio da gestão democrática organiza/ sistematiza as funções administrativa e pedagógica da escola e visa organizar o trabalho escolar. Sendo assim, quais são os seus instrumentos de gestão democrática na escola? E como atuam na organização do trabalho escolar? E qual a importância deles para a organização do trabalho escolar e do gestor?

Os instrumentos mais difundidos são: as eleições de diretores, conselhos, colegiados, grêmios estudantis, PPP e regimento escolar, e devem ser articulados pelos sistemas de ensino, como disposto no artigo abaixo:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Ou seja, fortalecendo os mecanismos de gestão democrática na escola, através da participação da comunidade escolar, docentes e discentes. A escola como instituição junto a seus profissionais que a administram devem utilizar sempre desse valor para tomada de decisões além de reaproximar a escola da comunidade externa cobrando sua maior participação no processo educacional. Para Barroso (1996, p. 186)

A autonomia da escola não é a autonomia dos professores, ou a autonomia dos pais, ou a autonomia dos gestores. A autonomia, neste caso, é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa ou interna), dos quais se destacam: o governo os seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local.

Ser autônomo não é fazer o que bem quer, mas de perceber as necessidades do ambiente, sondar as aceitações e tomar as atitudes adequadas. Para LDB a construção da autonomia escolar é uma necessidade e realizada de forma progressiva e tanto para a parte pedagógica como administrativa da escola, entendido assim no artigo 15 da LDB:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (art.15, LDB, 1996)

Para que isso ocorra de forma democrática, o diretor se torna peça chave da instituição, e deve compartilhar e direcionar as atitudes escolares atuando como um fio condutor, aquele que une os envolvidos e promove a participação coletiva.

Ser gestor não é somente função da direção escolar, todo funcionário deve exercer a gestão em sua função, saber gerir suas percepções e experiências adequando-as e aperfeiçoando suas práticas.

A participação então se torna elemento central no processo de construção do processo educacional como rege ao artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), tornando-se um princípio da prática educativa, refletido no PPP e nos instrumentos de gestão democrática existentes na escola:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

2) Instrumentos de gestão democrática na escola – o colegiado em questão

A proposta da escola é se apoiar em atitudes de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, pois em todo meio social há discussões, conflitos, divergências de opiniões que podem resultar em tensões, sendo que na Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva busca mediar os conflitos tendo como uma oportunidade de viabilizar a construção de novas relações de trabalho que favoreçam o diálogo entre diversos segmentos.

Um elemento principal na elaboração do processo participativo dentro e fora da escola constitui não apenas em cobrar resultados, mas contribuir efetivamente para que eles aconteçam principalmente no que diz respeito à disciplina e organização escolar. Segundo Hora (1997, p.49),

A gestão democrática em educação está intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, de classe, dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada, e sua solução está em Ser gestor não é somente função da direção escolar, todo funcionário deve exercer a gestão em sua função, saber gerir suas percepções e experiências adequando-as e aperfeiçoando suas práticas. condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

Tem-se aqui a necessidade de se perguntar o que é colegiado? Quais as funções do colegiado escolar? Como ele deve funcionar? Ele aparece no PPP da escola Celuta Martins?

O Colegiado Escolar é um instrumento de democratização das decisões, que dá lugar a vivência democrática de idéias, de necessidades comuns, de alternativas discutidas e partilhadas coletivamente. Em relação à função do colegiado, que atua de acordo com as bases legais sobre todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, Menezes (2002) afirma que

(...) é, portanto, um caminho para a construção de uma escola autônoma e democrática. O Colegiado como um instrumento permanente de debate, geração de ideias, administração de conflitos e busca de alternativas para a escola, exerce uma função de natureza pedagógica e política, fundamental na construção de uma escola democrática e autônoma. Sendo as funções específicas: deliberativa quando, com base no consenso de seus componentes, decide sobre determinada situação e função Consultiva quando emite opiniões ou pareceres sobre questões submetidas a sua apreciação. www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=265,

A Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva não possui colegiado, e o regimento escolar, um documento construído externamente pela secretaria municipal e que rege as normas de organização e administração da escola.

O colegiado é um dos mais importantes órgãos de participação efetiva da comunidade escolar e de representação e um instrumento de gestão importante no que diz respeito à administração pedagógica, administrativa e financeira da escola. Sendo formado por membros de diversos segmentos da comunidade interna e externa.

De acordo com seu grau de importância, têm-se expectativas na implantação do mesmo na escola, pois aumentará a participação da comunidade externa gerando maior autonomia para os profissionais além de proporcionar novas ideias e sugestões nas tomadas de decisões diversas em todos os seguimentos administrativos e pedagógicos que hoje em grande parte é pela Secretaria de Educação da cidade onde a escola se instala.

Um gestor serve como fio condutor do desenvolvimento do espaço a ser trabalhado. Deve fazer com que as pessoas sintam vontade e necessidade de criar novos desafios, para assim poderem resistir aos obstáculos, focar em algo para que tenha um excelente desenvolvimento.

3) A importância do colegiado para a organização do trabalho escolar e do gestor

Deve-se aqui entender a importância da existência do colegiado para a organização do trabalho escolar, entendida como a:

(...) forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado. (...) organização escolar refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino é estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria de organização escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 131 e132).

A gestão educacional considerada por Cury (2002) como um processo de aprendizado de “() um ou mais interlocutores, com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar à educação” (CURY, 2002, p. 165).

A falta de comunicação e de planejamento administrativo de uma instituição educacional interfere diretamente na construção e maturação do Projeto Político Pedagógico, acarretando diversos conflitos no ambiente escolar que compromete o objetivo principal que é a formação do indivíduo para a prática cidadã.

O diretor/gestor que pratica a gestão democrática é peça chave que direciona, coordena e avalia o processo educacional e o desenvolvimento dos profissionais no ambiente escolar.

No caso da Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva, que não possui um órgão para efetivação da democracia, a diretora é quem media as relações de trabalho. A todo o momento procura atender às necessidades de acordo com as condições existentes.

O que fica evidenciado é que a falta de órgãos colegiados na escola dificulta o trabalho escolar e do gestor. Do trabalho escolar, pois a tomada de decisão esta

centralizada entre gestor e secretaria municipal de educação e o trabalho do gestor, que não possui um instrumento de gestão democrática, não permitindo dividir as responsabilidades, assim como as funções destinadas a ele, e em função disto tendo uma sobrecarga de trabalho e na sua atuação profissional.

Considerações finais:

Formar cidadãos críticos e autônomos é a função da escola, e caso este objetivo não seja cumprido, a responsabilidade também é da gestão.

O maior desafio atual da escola é a participação da família no processo de ensino aprendizagem de seus filhos, o que torna o objetivo da escola mais distante da realidade dos profissionais, desafio, que seria menor caso houvesse o órgão colegiado para dimensionar seu objetivo.

Enquanto a escola não se aproxima das expectativas esperadas, a gestão procura exercer a função junto aos profissionais envolvidos realizando projetos que exige participação da família para um maior contato e uma melhor qualidade no processo educacional.

Referencias bibliográficas:

BARROSO, J. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída.** In BARROSO, J. (Org.) O estudo da escola. Portugal. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº 9394. **Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CURY, C.R.J. **Gestão Democrática da educação, exigências e desafios**. São Bernardo do Carmo. SP, 2002.

GOMES, Vanessa Lidiane. **O Serviço Social na Educação**. Jornal do Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região. CRESS Informa, nº 92, Out, 2010, p. 16.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática escolar**. In: Salto para o Futuro/TV Escola.

LIMA, Elma Correa de. **Princípios e Métodos de Gestão Escolar Integrada**. Curitiba, PR. IESD Brasil, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Colegiado Escolar" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=265>, visitado em 12/11/2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola**. In OLIVEIRA, Dalila Andrade et ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.) **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.125-143.

ESCOLA MUNICIPAL CELUTA RIBEIRO DA SILVA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL CELUTA
RIBEIRO DA SILVA**

MARLENE APARECIDA SILVA ALVES

Igarapé, 2013.

ESCOLA MUNICIPAL CELUTA RIBEIRO DA SILVA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL CELUTA RIBEIRO DA SILVA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Jeanne J Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Igarapé, 2013.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
A- Estrutura Administrativa.....	8
B- Estrutura Pedagógica.....	9
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSO DE DECISÃO.....	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	18
7. AVALIAÇÃO.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERENCIAS.....	24

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vem sofrendo constantes mudanças em todos os setores tais como científico, social, cultural, tecnológico e político econômico. Vivencia também uma época de acúmulo de informações e conhecimentos, novas exigências do mercado de trabalho, da pesquisa e da produção que, normalmente, se transformam em constantes dúvidas e questionamentos quanto à função social da Escola como instituição.

A complexidade social e as mudanças que se operam ao mundo no final desse milênio, a evolução dos conhecimentos e técnicas, a diversidade de estruturas familiares e a composição pluricultural das sociedades industrializadas, tem exigido da escola a reorganização de sua prática pedagógica. (Pimenta, 1992, p.33).

Tais mudanças levam a um repensar do conceito de escola, de educação, educador e educando propiciando a escola, questionar seus métodos, práticas e suas responsabilidades sociais. É necessário que a ela tenha uma direção que proporcione um caminhar para formação cidadã e aos anseios contemporâneos além do desenvolvimento pleno das gerações atuais e futuras.

Vasconcelos (2002, p. 26) afirma que o “Projeto Político Pedagógico entra como instrumento teórico metodológico a ser disponibilizado, reconstruído e utilizado por aqueles que desejam definitivamente a mudança”. A escola deve valorizar e priorizar a construção contínua do Projeto Político Pedagógico, para propiciar a oferta de uma educação que contribua para a formação de cidadãos conscientes do seu papel ético e moral na sociedade, através da dialética da construção e desconstrução, disseminação do conhecimento, leitura e releitura de mundo envolvendo público interno e externo da instituição.

A proposta do Projeto Político Pedagógico da Municipal Celuta Ribeiro da Silva visa ofertar condições para a reflexão, ação e construção de uma nova realidade social além de promover ações educativas possibilitando a vivência de práticas inclusiva. Seu principal objetivo é ser transformador da prática pedagógica traçado através de uma filosofia adotada pela instituição escolar.

Além de ser desenvolvido através de ações participativas de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

A Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva situa-se à Rua Mario de Andrade, nº 219, Bairro Fernão Dias no Município de Igarapé no Estado de Minas Gerais, telefone 31- 3534-5372. Criada na Administração do Prefeito Antônio Chaves de Oliveira no ano de 2000, órgão administrado pelo Município e atende a grande demanda do Bairro e dos bairros vizinhos. A escola atende cerca de 170 alunos, da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, divididos em 2 turnos, sendo no turno da manhã 1 turma de 3º e 4º anos e 2 turmas de 5º ano. No turno da tarde são oferecidas 1 turma pré-escola, 2 de 1º ano e 1 de 2º ano.

Há um quadro de 20 funcionários, sendo 1 secretária, 1 Diretora, 1 Supervisora Pedagógica, 10 professores, 2 vigias e 5 serviçais. Possui uma boa estrutura física, salas amplas, carteiras em bom estado de uso, quadra de esportes coberta e ampla, espaço externo para recreação, sala de vídeo com uma televisão de 29 polegadas e 1 aparelho de DVD em perfeitas condições. A biblioteca possui um enorme acervo de livros de literatura e pesquisa de diversas faixas etárias, a sala de informática possui 18 computadores em funcionamento. O refeitório é composto por três mesas amplas suficiente para o número de alunos. A cantina da escola também é ampla contendo 2 fogões industriais, 1 forno, 2 geladeiras, 1 freezer e a dispensa para armazenamento de alimentos além de uma área extensa de tanque com 1 banheiro para as funcionárias. Os banheiros para os alunos e professores são um total de 4, sendo 2 adaptados para necessidades especiais. É uma região considerada de risco social, a clientela é carente tanto no social quanto nos aspectos familiares.

Portanto, a escola tem como objetivo alcançar bons resultados trabalhando as expectativas de toda a comunidade escolar através de um projeto, que reúne propostas de ações concretas a executar durante determinado período de tempo. O mesmo deverá se basear de forma política, por considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes responsáveis e críticos que atuarão individualmente e coletivamente na

sociedade modificando os rumos que ela faz seguir. E por uma via pedagógica que define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino aprendizagem.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 define no artigo 205 que

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205.).

A organização de toda responsabilidade desse processo cabe aos órgãos municipais, federais e estaduais que se ajudam em relação à organização, tendo cada um sua responsabilidade funcional. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 206 os seguintes princípios para a organização do ensino:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988, art. 206)

A instituição escolar tem como objetivo formar cidadãos críticos capazes de atuar de forma autônoma, proporcionando condições para seu pleno desenvolvimento. Deve preparar o aluno para, além de construir sua história e cidadania, saber interagir socialmente sendo capaz de adaptar-se a novos métodos e tecnologias aplicando o conhecimento vivenciado.

Sendo de direito do cidadão a educação, a escola privilegia o conjunto das dimensões nele implicadas: “as dimensões ética, cultural e política, além da dimensão econômica, tendo sempre presentes os problemas sociais existentes.” (Gomes, 2010 p. 235).

A Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva tem plena consciência de que as ações humanas possuem reflexos diretos no cotidiano das pessoas, por isso procura atender às exigências da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 expressas nos seguintes artigos:

Art. 1º a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art.2º A educação escolar, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996. p.93)

A função da comunidade escolar é de, através de planejamentos, implementar as idéias coletivas de forma que todas as propostas de ações se tornem reais, buscando um norte para prática educativa baseado nos interesses coletivos da comunidade escolar. Para isso o cidadão deve ter acesso às diversas formas do conhecimento de acordo com as evoluções através da produção coletiva, pois a maior preocupação é a sua inserção e participação no meio social inserido.

O artigo 3º da lei nº 9394/96, reforça os princípios que o ensino deve ser ministrado pela instituição:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, etc; Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; Respeito a liberdade e apreço à tolerância; Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Valorização da experiência extra – escolar; Gestão democrática do ensino público; Garantia de padrão de qualidade; Valorização da

experiência extra – escolar; Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

As condições de aprendizagem para o pleno desenvolvimento e o preparo do educando para o trabalho através das necessidades locais são oferecidas pela escola. É através dela que o cidadão se torna construtivo e crítico preparado para exercer sua cidadania cumprindo seus deveres e tendo seus direitos respeitados.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A- Estrutura administrativa

A Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva, situada na rua Mário de Andrade, nº. 219, Bairro Fernão Dias em Igarapé, Minas Gerais, sob direção de Marlene Aparecida Silva Alves, foi construída em 2002. Atende alunos do 2º período ao 5º ano.

Para comportar a demanda que aumenta constantemente, a escola dispõe de 4 salas de aula funcionando nos horários matutino e vespertino, contendo cada uma um ventilador, janelas amplas e excelente iluminação, uma quadra de esportes ampla e coberta em perfeito estado com banheiros feminino e masculino. O laboratório de informática possui 20 computadores, um refeitório para alimentação dos alunos contendo mesas e cadeiras, banheiros feminino e masculino com lavatórios, uma cantina com um espaço amplo e equipada com mobiliários e eletrodomésticos de boa qualidade e estado de conservação.

A biblioteca funciona também como sala de vídeo e comporta tanto livros de pesquisa quanto literatura infantil e infanto juvenil, revistas, todos em prateleiras devidamente identificados, televisão de 40 polegadas com DVD além de um excelente aparelho de projeção com computador integrado.

Em relação ao quadro de funcionários, a escola conta com um grupo de 21 funcionários no geral, sendo 1 diretora, 2 supervisoras, 10 professoras, 1 secretária, 2 vigias e 5 serviços.

B- Estrutura Pedagógica

A escola atende os dois ciclos iniciais da Educação Fundamental, sendo 5 turmas do primeiro ciclo que abrange a alfabetização 1º, 2º e 3º anos e 3 turmas do segundo de complementação que são 4º e 5º anos. No processo educacional, propõe-se fundamentar em ações Legislativas como descrito de acordo com o artigo 6 no 6º parágrafo da Resolução/ CNE 7/ 2010 que estabelece princípios

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.

Através dessas ações, democraticamente, será possível assegurar um ensino ministrado com qualidade que garanta a permanência e sucesso educacional do aluno na escola e fazendo-o parte da construção de sua cidadania tendo acesso aos conhecimentos necessários para transformar e arquitetar sua realidade. Todo processo de ensino aprendizagem será planejado de forma democrática onde haja interação entre os atores responsáveis por tais práticas. Conforme Marques (1990, p. 24),

A Pedagogia não pode se limitar ao entendimento de como se dão as relações educativas de fato e ao estabelecimento de diretrizes gerais para a educação nos horizontes ampliados da emancipação humana e da maioria dos sujeitos. A ela incumbe, em consequência de sua função hermenêutica e crítico-reflexiva, presidir a organização e

condução da instituição educativa, no sentido de como se vão dar as relações internas de poder, mediadas pela infra-estrutura de recursos e controles, e de como se vão relacionar a gestão institucional, a dinâmica das relações interpessoais e a produção/circulação dos conhecimentos.

Projetos pedagógicos também são desenvolvidos ao longo do ano letivo como gincanas envolvendo conteúdos curriculares, gêneros textuais e soletrando. Além de visitas técnicas para consolidação do conhecimento e temáticas relacionadas ao calendário anual.

A cada bimestre é realizado o conselho de classe onde são discutidas, de forma individual, as situações comportamentais e cognitivas dos alunos. Através do resultado do conselho, são realizadas reuniões pedagógicas, onde são ministradas capacitações aos professores para os planejamentos das intervenções a serem realizadas com os alunos que apresentam maior defasagem no processo ensino aprendizagem.

3. CURRÍCULO

Para a Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva, o currículo é um elemento essencial de construção e organização do conhecimento transmitido na escola que envolve todos os sujeitos inseridos no processo de ensino aprendizagem. Visto como um documento flexível e crítico construtivo, nunca estático, sempre é atualizado e reelaborado de acordo com as necessidades encontradas.

Essas atualizações são feitas através da realidade escolar no que tange a cultura do educando e o espaço em que a escola está inserida observando suas mutações. Diante do exposto, Veiga (2002, p.7) reafirma que

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, pois são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo.

Os conteúdos do planejamento curricular, baseados nas diretrizes educacionais, deverão estar integrados à realidade escolar da comunidade, em atividades que preparem o aluno para a vida, qualificando-os para o aprendizado permanente e para o exercício da cidadania, além de interagir as disciplinas curriculares. No currículo da Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva contempla disciplinas obrigatórias estabelecidas pela Base Nacional Comum, além de disciplinas extra curriculares que trabalham o valor do ser humano e sua importância nas práticas de atitudes coletivas e individuais. Em relação ao currículo escolar, a LDB em seu artigo 26, determina:

os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e de clientela (Brasil, 1996, p.10).

Dentre as disciplinas obrigatórias os alunos possuem aulas de educação física uma vez por semana de 50 minutos, informática, inglês para os 5º anos, aulas de geografia, história, língua portuguesa e matemática, ministradas pelo regente de sala que usa de sua criatividade para interagi-las. Nas aulas extracurriculares encontram-se visitas técnicas e 50 minutos destinados a valores humanos, similar a antiga aula de OPV- Organização Para Vida.

Além dos conteúdos básicos, na implementação do currículo, é utilizado o método interdisciplinar que se articula para uma visão ampla do conhecimento e da realidade, através do resgate do conhecimento prévio que os alunos possuem.

Como ação pedagógica a escola utiliza metodologias construtiva e inclusiva, mesmo não portando todos os recursos para uma educação inclusiva, baseados nos princípios e legislações educacionais onde todos os agentes do processo educacional são atores protagonistas. De acordo com Glat e Nogueira (2002, p.27),

As políticas públicas para inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da

exclusão escolar, o que visa beneficiar não apenas alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Deste modo compete a escola conscientizar de que, cada funcionário, independente de sua função, pode contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, pelo qual deve se formar um cidadão autônomo e preparado para o mercado de trabalho. Como também críticos e respeitando às diversidades culturais e sociais, capazes de agir solidariamente com o próximo.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário organiza o início, meio e fim do ano letivo, prevendo férias, dias letivos e escolares, feriados cívicos e religiosos, divisão dos bimestres, reuniões pedagógicas, administrativas e avaliações. A permanência dos alunos é de 21 horas e 15 minutos por semana. Cada turma possui 1 aula de 50 minutos na semana destinada para Educação Física e as turmas de 5^{os} anos 1 aula de inglês também de 50 minutos por semana além de 50 minutos para aula de informática. De acordo com Enguita (1989, p.180),

A organização habitual do tempo escolar ensina ao estudante que o importante não é a qualidade precisa de seu trabalho, a que o dedica, mas sua duração. A escola é o primeiro cenário em que a criança e o jovem presenciam, aceitam e sofrem a redução de seu trabalho a trabalho abstrato.

Os alunos do turno matutino chegam à escola às 7:00, são encaminhados para o lanche da manhã que dura cerca de 5 a 10 minutos. Às 9:30 é feita uma pausa de 15 minutos para merenda escolar, onde recebem alimentos de primeira qualidade inspecionados por um profissional de nutrição. Quando chega às 11:15 são dispensados para casa.

Já os alunos do turno vespertino chegam à escola às 12:15 sendo encaminhados para as salas de aula. Às 14:15 fazem uma pausa de 15 minutos para o recreio, onde recebem a merenda escolar. E às 16:20 é

oferecido aos alunos um lanche antes de serem dispensados para casa às 16:30.

O horário fixa o número de aulas por semana, que varia em razão das disciplinas constantes da grade curricular, sendo estipulado o mínimo de aulas por professor. Em sala de aula, o regente fragmenta seus horários de acordo com a quantidade de aulas por disciplina exigidas.

Mas o tempo escolar para a Escola Celuta Ribeiro não se resume apenas em divisão de ciclos com suas séries correspondentes, mas também no tempo em que cada capacidade poderá ser desenvolvida pelo educando a partir do passado e presente individuais e coletivos para melhor construção do futuro.

Para o planejamento pedagógico, há tempo, mesmo que curto, para que os professores troquem em conjunto experiências e trabalhos aprofundando os conhecimentos sobre os alunos e o que estão aprendendo. Além de seu tempo extra-escolar os professores possuem horários durante a semana disponíveis para seus planejamentos dentro da escola junto à Supervisão Pedagógica. Reúnem-se toda semana por cerca de 50 minutos para discutirem e planejarem métodos de recuperação para alunos com dificuldades ou até mesmo outras formas de abordagem do conhecimento. Todo processo é registrado em ata com as ações apresentadas. Tais atitudes fazem com que o PPP seja reavaliado e acompanhado.

Para discussões coletivas como projetos, atividades ou feiras culturais que abrangem toda escola, são utilizadas as reuniões pedagógicas que ocorrem normalmente em sábados escolares. Mas se for necessário há possibilidade de flexibilização deste horário durante a semana.

Em relação ao espaço, também não se pode limitá-lo. Todo ambiente pode ser construtor de conhecimento, mesmo que não seja o escolar. O educando com sua interação com família e sociedade em seu tempo linear do seu passado e o presente já possui um conhecimento prévio. Após a interação do educando à escola, os espaços vão se modificando e ampliando através da proposta curricular e da filosofia escolar de formação cidadã. De acordo com Almeida (2013, p.14),

É função da escola fazer com que o tamanho dela pareça menor quando se alargam os horizontes do aluno em relação ao conhecimento das Ciências, da literatura, da História, da Geografia. Quando faz isso, ela leva o jovem a ter coragem de participar e de caminhar com suas pernas pelo amplo mundo que o cerca! Quanto mais cumpre sua missão de ampliar os espaços de participação, mais a escola se encolhe, pois o aluno cresce em capacidade de ver e criar horizontes espaciais mais ousados e próprios. (ALMEIDA, 2013, P.14)

A Escola Celuta Ribeiro possui espaços como uma biblioteca, com um rico acervo, utilizada periodicamente pelos professores com projetos de leituras ou contação de histórias dentre outras atividades, através de agendamento para melhor organização. A quadra esportiva, por ser um espaço coberto também é utilizada de forma pedagógica e não somente para atividades próprias de Educação Física. O professor a utiliza para apresentação de trabalhos entre alunos, gincanas das disciplinas lecionadas, atividades lúdicas, dentre outras.

A sala de vídeo, também é um espaço bastante explorado para recursos audiovisuais. A escola também conta com uma horta de verduras e legumes onde são utilizadas na alimentação dos alunos, e que também são utilizadas como construção do conhecimento. Todos os ambientes estão em perfeitas condições para serem explorados pelo professor que queira inovar suas aulas. Esporadicamente são promovidas visitas técnicas para consolidação do conhecimento dos alunos em instituições como museus, exposições, espaços públicos, teatros, etc.

O refeitório possui mesas e bancos cumpridos e retangulares que também são utilizados não só para o lanche, mas para desenvolver atividades e usadas como referência de algum conteúdo.

Todas as salas de aula são estrategicamente elaboradas e ornamentadas como um ambiente pedagógico e alfabetizador, um espaço agradável para receber os alunos, como calendários com as datas comemorativas e aniversários, alfabetos ilustrados dentre outros artigos. As salas são bem arejadas contendo janelas amplas e um espaço que contempla duas vezes mais a quantidade de alunos que a compõem. Os professores as utilizam da melhor maneira, ora dispõe as carteiras enfileiradas, ora em dupla,

às vezes em círculo, vai de acordo com a necessidade da aula proposta, tudo de forma a despertar a atenção dos alunos. De acordo com Frago (1992, p.71),

Ao estruturar ou modificar a relação entre o interno e o externo ao meio escolar – as fronteiras, o que fica dentro e o que fica fora –, ou seu espaço interno –, ao abrir ou fechar, ao dispor de uma maneira ou outra as separações e os limites, as relações e comunicações, as pessoas e os objetos, estamos modificando a natureza do lugar. Estamos mudando não somente os limites, as pessoas ou os objetos, mas também o mesmo lugar .

A escola procura utilizar todos seus recursos disponíveis além de criar novos, mas não se preocupando em limitar espaços e territórios, pois há um intermédio entre a escola e educando e não uma restrição do conhecimento apenas no ambiente escolar que é a sala de aula.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A escola trabalha com mecanismos como reuniões administrativas e pedagógicas para estimular a participação comprometida de todos nas decisões além de promover revisão periódica das atribuições específicas e gerais. Tais discussões e decisões administrativas são feitas através dos sábados escolares já estabelecidos no calendário escolar. Já as reuniões pedagógicas, que também constam no calendário, são realizadas 6 vezes ao ano, uma no início do ano letivo, outra no fim de cada bimestre e no fim do ano.

A escolha da direção da escola é feita de forma direta, ou seja, quem a escolhe é a comunidade escolar, professores, pais e funcionários. Não possui vice direção, pois a escola atende somente 4 turmas por turno. Nas ações escolares, como projetos, aquisição de materiais, todos os profissionais, através das reuniões citadas são consultados, pois a escola não possui colegiado.

De acordo com o grau de importância do colegiado, tem-se expectativas na implantação do mesmo, pois aumentará a participação da comunidade externa gerando maior autonomia para os profissionais além de proporcionar

novas idéias e sugestões nas tomadas de decisões diversas como também no que diz respeito às administração das finanças.

Para reafirmar a importância do colegiado nas escolas, os artigos 14 e 15 da LDB Lei nº 9.394/963, viabiliza à comunidade uma participação efetiva na gestão escolar:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
2. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, ano, p. 7)

Quem administra a escola é a figura do diretor escolar, que é definida, de acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1988, p.188), “como ligada àquele que dirige, um dirigente ou um guia mentor.”

Hora (1997) acredita que as competências desenvolvidas por uma direção democrática, dependem da própria caracterização da comunidade escolar. Um gestor serve como fio condutor do desenvolvimento do espaço a ser trabalhado. Deve fazer com que as pessoas sintam vontade e necessidade de criar novos desafios, para sim poderem resistir obstáculos, focar em algo para que tenha um excelente desenvolvimento.

A diretora da Escola Celuta Ribeiro, tem um conhecimento aprofundado da comunidade que se encontra em um ambiente carente e de risco social. A participação da comunidade não é satisfatória, mas a participação existente é valorizada e avaliada, pois a escola precisa ter uma interação maior com as pessoas que estão no espaço extra escolar e tem uma visão diferenciada do que é o processo educacional. Pois mesmo através das divergências e a falta de conhecimento desse processo, há possibilidades de novas visões e discussões.

Administrar uma escola não é uma tarefa fácil, por isso é necessária uma gestão pró ativa e democrática que assuma o papel fundamental de figura de um diretor não somente “autoritário”, mas como liderança.

A democracia, assim como não se dá espontaneamente, precisando, em vez disso, ser criada pela prática política, também precisa ter seus valores intencionalmente apropriados pela educação, visto que ninguém nasce democrata ou com os requisitos culturais necessários para o exercício da democracia. (PARO, 1997, p. 52)

Um elemento principal na elaboração do processo participativo dentro e fora da escola constitui não apenas em cobrar resultados, mas contribuir efetivamente para que eles aconteçam principalmente no que diz respeito à disciplina e organização escolar. Segundo Hora (1997, p.49),

A gestão democrática em educação está intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, de classe, dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada, e sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

É com esse intuito que a direção da Escola Celuta Ribeiro, preza pela manutenção e organização de toda instituição. Sua gestão se baseia na prática democrática, onde todos os funcionários participam das decisões. Hora (1997) estabelece as competências do Diretor escolar que fundamenta a educação e a gestão escolar democrática:

Garante o funcionamento pleno da escola Promove a integração, coerência e consistência entre todas as dimensões e ações do trabalho educacional. Promove na escola o sentido de unidade. Adota visão abrangente de escola, visando desenvolver uma educação de qualidade (Hora 1997. p.15).

Para Luck (2008, p.49), “a gestão escolar é uma estratégia de intervenção organizadora e mobilizadora de caráter abrangente e orientada para promover mudanças e desenvolver processos educacionais potentes na formação e aprendizagem dos alunos”.

A escola não é um ambiente fechado, mesmo com a existência de muros e portões, que servem para segurança dos alunos, toda a comunidade pode ter acesso. Em eventos, projetos, comemorações e compras de materiais e intervenções pedagógicas, a direção colhe sugestões ou adaptações que a comunidade também participa através de convocações para reuniões.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A proposta da escola é se apoiar em atitudes de solidariedade, reciprocidade e participação coletiva, pois em todo meio social há discussões, conflitos, divergências de opiniões que podem resultar em tensões, sendo que na Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva busca-se mediar os conflitos tendo-os como uma oportunidade de viabilizar a construção de novas relações de trabalho que favoreçam o diálogo entre diversos segmentos.

Em todos os projetos pedagógicos desenvolvidos pela escola, procura-se inserir a comunidade externa, pois se trata de uma comunidade carente, e uma das formas de aproximar os pais do processo de aprendizagem do seu filho.

Por ser uma escola pautada nos moldes de uma gestão democrática, a relação passa a ser mais prazerosa entre direção, profissionais e demais envolvidos tornando todos, sujeitos ativos na construção de um espaço motivador, inovador e criador de oportunidades e que saibam lidar com os conflitos encontrados em todo o processo educacional.

Como todo ambiente que preza por sua integridade, organização e manutenção, a escola possui normas de condutas, estabelecidas pelo Regimento Escolar, documento elaborado pela Secretária Municipal de Igarapé do ano 2000 que é utilizado por todas as escolas do Município. O respeito ao próximo é um dos pilares para uma boa convivência além da solidariedade.

Mesmo existindo o documento elaborado pela secretaria de educação, há necessidade de aproximar a comunidade à escola, tornando a aproximação e participação mais efetiva. Essa aproximação participativa permite o contato direto com as necessidades e dificuldades encontradas ao redor da escola

como os conflitos sociais, que podem ser direcionados e remediados pela instituição através de trabalhos interdisciplinares.

Paro (1997, p.30) salienta que

A escola por sua maior aproximação às famílias constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreça um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a essa sociedade.

Para Chiavenato (1983, p.6) deve a sociedade atual interpretar o Regimento Escolar como uma forma de:

Interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional através do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação.

O respeito ao próximo é um dos pilares para uma boa convivência além da solidariedade. Os alunos são respeitados pelos funcionários da escola em relação às suas necessidades e dificuldades. Alguns alunos necessitam de uma atenção maior, seja pela situação cognitiva ou pessoal familiar. Todos os funcionários são alertados quando alunos possuem limitações e necessitam de atendimento especial.

Deve haver uma reciprocidade em relação ao tratamento do aluno para o professor, o mesmo deve reconhecer que no âmbito escolar, a responsabilidade de sua permanência é dos profissionais envolvidos no seu processo de ensino aprendizagem, por isso devem ser respeitados e vistos como parte responsável por sua formação cidadã.

A relação entre professores, por ser uma escola pequena com poucos funcionários, é muito agradável. A pró atividade, que se baseia no profissional que estabelece metas e busca resultados e melhorias em seu ambiente de trabalho, de forma espontânea e autônoma, sendo uma das características marcantes do grupo, além da interação independente do setor que exerce função. Trocam materiais e experiências contribuindo para o desenvolvimento

efetivo do objetivo escolar. A direção permite que os funcionários tenham autonomia para decidir e resolver situações de decisões e conflituosas, desde que sejam pautadas nos termos da ética escolar direcionando às soluções precisas. Busca participar de todos os processos sejam administrativos ou pedagógicos.

Trabalha a motivação com seus profissionais, procurando apoiar e ajudar na tomada de decisões. Sempre que possível, junto a equipe pedagógica, os profissionais recebem capacitação e motivação voltada para sua área de atuação ou afins, proporcionando o crescimento profissional e pessoal. Tais participações são feitas de forma contínua, ou em reuniões administrativas. Não existe momento certo para o processo participativo que é feito normalmente através de sugestões e disponibilidade de ações pelos próprios profissionais.

Após a posse da atual direção, a escola teve um grande desenvolvimento tanto no espaço físico como nos relacionamentos interpessoais e resultados pedagógicos. A comunidade vivenciando tais modificações deposita toda confiança e cumplicidade à escola, sendo participativos na maioria dos projetos e atividades que envolvem seus filhos e o bem social comum, sendo sempre bem recebidos.

Para confirmar a importância de um bom relacionamento entre as pessoas em diversos níveis, Freire (1991 p13.) alega que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. O autor justifica nesta frase a capacidade de interação que as pessoas possuem de dividir e assimilar informações uma das outras, de se comunicarem e se interagirem através da busca da perda do estado de natureza do homem.

7. AVALIAÇÃO

A Escola Municipal Celuta Ribeiro da Silva considera a avaliação como um instrumento essencial para o processo de desenvolvimento da instituição escolar. É o momento em que irá verificar os objetivos e metas traçados, se

foram alcançados ou não, quais dificuldades na realização do que foi planejado e quais caminhos a serem tomados caso em que as ações não tenham sido concretizadas.

Para Gadotti (1991, p.16) “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação”. Na escola Celuta Ribeiro sempre é feita uma reflexão do que foi desenvolvido, tanto nos projetos quanto nas decisões voltadas para o âmbito administrativo e pedagógico. Pois é através dos resultados que a escola direciona suas capacidades e competências.

Como toda decisão junto à direção é feita democraticamente, a avaliação também é coletiva, construtiva e contínua. A supervisão escolar junto com o professor avalia o trabalho desenvolvido com os alunos através de avaliações diagnósticas escritas e orais.

No que diz respeito ao pedagógico, sempre são feitas, através dos professores e supervisores, avaliações diagnósticas e projetos que visam sanar algumas dificuldades além de promover conhecimento. Esses resultados são comparados e novas estratégias são elaboradas. Os alunos são avaliados em todos os aspectos, não somente no cognitivo. Todas as ações dos educandos entram no processo de avaliação, pois nem sempre as avaliações quantitativas são eficazes. Portanto, a escola tem uma visão ampla do conceito de avaliação. De acordo com Luckesi (2002, p. 118),

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. (...) A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível.

Através destes resultados, são elaborados planos de ações para sanar as situações que não foram consolidadas. É onde entra a avaliação da equipe pedagógica, no que tange às práticas educativas.

Todo início de ano letivo é feito um levantamento do que foi trabalhado no ano anterior, o que norteia o planejamento contínuo. Esse cuidado se dá

não somente para o sucesso interno escolar, mas também por haver avaliações externas, como a Prova Brasil que avalia os anos finais do ensino Fundamental e Médio, e o Proalfa, os alunos do terceiro ano, considerado último ano para consolidação da alfabetização. Todas essas avaliações a Escola Celuta Ribeiro contempla.

Faz-se necessário também o acompanhamento da matriz curricular elaborada pelo Ministério da Educação, pelo qual elabora as avaliações e a matriz de referência que norteiam o professor em relação às capacidades cobradas nas provas. Capacidades essas que podem ser exploradas em conexão ao conhecimento prévio do educando que nem sempre o resultado é efetivo por diversos motivos, sejam sociais ou individuais. Os resultados dessas avaliações são importantes para o desenvolvimento escolar, pois podem ser criados novos métodos de ensino e novas práticas pedagógicas.

Em relação à aprovação e reprovação dos educandos são adotados diversos tipos de avaliação, não priorizando o método classificatório, mas sempre valorizando as capacidades que o aluno tem a demonstrar, transformando-as em conhecimento.

Há várias formas de avaliar o aluno durante o ano letivo. A Escola Celuta Ribeiro utiliza uma forma contínua de avaliar o processo individual do educando. O Pedagogo, junto aos professores, não utiliza somente um método de avaliar, mas sim faz uma junção dos métodos avaliativos de cunho somativo, formativo e diagnóstico, não levando em consideração somente a avaliação somativa, que tem por objetivo classificar o aluno quanto a sua progressão ou não. As avaliações diagnósticas ocorrem normalmente no início de cada etapa no decorrer do ano letivo para avaliar se as capacidades estabelecidas pela matriz de referência foram consolidadas. O professor observa o desenvolvimento da oralidade, o desempenho do educando na resolução de situações e atividades, dentre outros fatores.

Existe também a avaliação da administração escolar junto com as dos funcionários, o fato de sempre estar inovando e reajustando as formas de trabalho e as relações interpessoais e interprofissionais é fruto de contínuas avaliações feitas no início e término de cada ano letivo. Onde cada profissional

pode expressar, em reuniões ou não, seus anseios e os resultados colhidos com todo trabalho arquitetado.

Esporadicamente, são promovidas reuniões individuais entre direção-funcionários, supervisão pedagógica- professores. Nessas reuniões são feitas considerações em relação ao processo de ensino aprendizagem como também o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito escolar. Sugestões, modificações também entram no processo de avaliação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função de a escola ter como objetivo alcançar bons resultados trabalhando as expectativas de toda a comunidade escolar além da prática cidadã, justifica-se a importância do Projeto Político Pedagógico, pois reúne propostas de ações concretas a serem executadas no cotidiano escolar. Como citado anteriormente, o documento deverá se basear de forma crítica e democrática por considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes responsáveis com autonomia que atuarão individualmente e coletivamente na sociedade direcionando os rumos que ela faz seguir. E por uma via pedagógica que define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico permite que as constantes mudanças sociais sejam percebidas, avaliadas e disseminadas para que ocorram novas abordagens e novos métodos de ensino. Como é um documento flexível, pode ser alterado constantemente, sempre que necessário para que o real objetivo da instituição escolar seja alcançado.

Todo processo como a estrutura física, administrativa e pedagógica é reavaliada através da interação e revisão do Projeto Político Pedagógico, diante de uma gestão democrática que promova a participação coletiva entre escola e comunidade. Gadotti (2001 p. 14) justifica que “Todos não terão acesso à educação enquanto todos trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil, não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação”.

Atualmente a escola não se vê estruturalmente completa apesar de seus recursos serem suficientes para o processo educacional, e por isso é necessário uma reavaliação de todo o trabalho desenvolvido no âmbito escolar. A comunidade também necessita de se aproximar mais da instituição escolar, participando ativamente da formação cidadã de seus filhos e do progresso do processo e da instituição educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando José de. **Só se aprende numa escola bem cuidada**. São Paulo (PUC-SP) - TV Cultura - Fundação Padre Anchieta. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/so-se-aprende-numa-escola-bem-cuidada-496878.shtml>. Acesso: 10 de Setembro de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei nº 9394. **Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw- Hill do Brasil, 1983.

ENQUITA, Mariano F. **A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Nova Edição, 1988.

FRAGO, Antônio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª ed. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1991.

GADOTTI, M. Prefácio. In: DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.25). p. 7-11.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, E. José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 4 ed- São Paulo. Cortez, 2001.

GLAT e NOGUEIRA, M.L.N. **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília: MEC/Seesp, ano 14, v.24, p 2227, 2002

GOMES, Alfredo Macedo; AZEVEDO, Janete Maria Lins de; SCHEIBE, Leda. **O direito a educação: Limites e Perspectivas**. MEC 2010.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na Escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. In: **Em Aberto**, nº 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores, Jun de 2000, p. 11-34).

_____. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. 26ªed. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**, 14ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: a marca da escola. In: **Contexto & Educação**, v.1, n.1. 1990.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido. **A Construção do Projeto Pedagógico na Escola de 1o. Grau**. A GA - Série Idéias nº8. São Paulo: FDE/Governo do Estado. 1992.

Resolução CNE/CEB 7/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

VASCONCELLOS, Celso S.. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do trabalho político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo, SP: Libertard, 2002.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

WILLIGES, Flávio. **Educação, Pesquisa e Formação:** a função pedagógica da pesquisa na Universidade. Programas de Pesquisa instituídos pela UNISC, 2000.